

abinee tec 2005

Patrocínio



Apoio



# Preservar o me

Evitar o impacto ambiental não é mais uma preocupação só dos ecologistas. Trata-se de uma exigência de mercado e um fator de competitividade das indústrias

**O** artigo 225 da Constituição Federal - que assegura aos cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo - funcionou como uma espécie de denominador comum nas palestras do painel Meio Ambiente que encerrou os Seminários Abinee Tec, no dia 28 de abril.

O diretor de Engenharia, Tecnologia e Qualidade Ambiental da CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental -, Lineu José Bassoi, iniciou sua palestra mapeando o número de indústrias do setor eletroeletrônico no Estado de São Paulo - 7.124 fabricantes -, a grande maioria (5.268) instalada na região metropolitana.

“Os principais poluentes produzidos pelas indústrias elétricas e eletrônicas são os metais pesados. A contaminação química da água por chumbo, mercúrio e cádmio, mesmo que seja nas mais baixas concentrações são extremamente prejudiciais à saúde pública e à vida aquática. Tais substâncias possuem efeito cumulativo, ou seja, se depositam no organismo vivo, entram na cadeia alimentar e chegam até o homem”, explicou Bassoi.

A CETESB analisa a qualidade dos recursos hídricos do estado de São Paulo monitorando 330 pontos de amostragem da água de rios e lagos. O órgão trabalha com três índices: o IAP (classifica a qualidade da água para abastecimento público); IVA (qualidade da água dos rios e lagos para proteger a vida aquática) e IP (qualidade da água para banho).

# Meio ambiente é um bom negócio

A avaliação realizada pela CETESB, em 2004, indicou que, com referência ao IAP, apenas 7% dos corpos d'água possuíam qualidade ótima; 32% qualidade boa; 29% regular; 20% ruim e 12% péssima. Os resultados pioram quando considerado o índice IVA: 4% qualidade ótima; 15% boa; 37% regular; 33% ruim e 11% péssima.

Segundo Lineu Bassoi, o principal problema da qualidade da água no estado ainda é a falta de tratamento do esgoto doméstico. “Embora necessite de um reno, a poluição industrial está controlada”, afirmou ele.

## Responsabilidade compartilhada

As medidas adotadas pelas indústrias do setor eletroeletrônico quanto à reciclagem de pilhas e baterias fizeram parte da palestra de André Luiz Saraiva, vice-diretor da Área de Meio Ambiente da ABINEE. Entre os temas abordados, o principal foi a experiência do PRAC (Programa de Responsabilidade Ambiental Compartilhada), que visa o descarte adequado das baterias industriais de chumbo-ácido, e que ganhou o Prêmio CNI 2004 na categoria Ecologia (modalidade Conservação de Insumos de Produção).

Apesar da resolução CONAMA 257 estabelecer obrigatoriedade de os usuários devolverem as baterias aos respectivos fabricantes após o seu esgotamento energético desde o ano 2000, ainda havia empresas que vendiam ou doavam as baterias, sem se preocupar com a destinação. Essa situação motivou a criação do PRAC, que divulgou as normas e ensinou todo processo de descarte adequado.

Em sua palestra, o vice-diretor da Abinee foi enfático ao caracterizar a responsabilidade das indústrias no sentido de evitar o impacto ambiental. “Todo curso de MBA Ambiental ensina reduzir, reutilizar e reciclar. Mas antes dos três ‘Erres’ tem que vir o ‘P’ de prevenção”, argumentou ele.

“O ambientalista não é uma pessoa chata que carrega um tamanduá bandeira debaixo do braço e uma arara azul no ombro. É preciso mudar essa imagem. A preservação do meio ambiente traz a oportunidade de se rever o processo de produção, melhorando a qualidade. É uma ferramenta de negócios melhor que as da área comercial, porque vende com critério e de forma sustentável. Há muitas empresas ganhando bem nesse segmento”, ele completou.



LUIZ CARLOS ACETI JÚNIOR, HERMES QUEIROZ ROCHA, ANDRÉ LUIZ SARAIVA, E LINEU JOSÉ BASSOI

## abinee tec 2005

### Fim dos lixões

O programa de coleta e destinação de resíduos sólidos da Abinee recebeu reiterados elogios da senadora Serys Slhessarenko, do PT/MT, presidente da Frente do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 21 Local) do Congresso Nacional. “O setor eletroeletrônico é uma exceção. A grande maioria das empresas ainda não se deu conta da necessidade de mudar sua mentalidade. Muitos consideram o tema apenas um modismo ou luxo. Mas, na verdade trata-se de preservação da vida no planeta”, salientou.

Para ela, um sintoma do desequilíbrio da sociedade brasileira é o próprio lixo. Enquanto as classes sociais de maior poder aquisitivo geram uma grande quantidade de detritos, outra significativa parcela da população vive dos lixões. “Há falta de consciência dos dois lados: daqueles que produzem lixo sem nenhuma preocupação e também dos que consomem”, enfatizou ela.

A senadora apontou alternativas para solucionar esse problema. Um exemplo é o famoso lixão de Nova Iguaçu, situado na região urbana do Rio de Janeiro, que se transformou num aterro sanitário de última geração. O projeto prevê a instalação de um sistema de coleta do gás metano que será utilizado para a geração de eletricidade. “Além de poupar as emissões poluentes, o sistema permitirá eletri car 800 mil habitações”, disse.



SENADORA SERYS SLHESSARENKO E JAIME CYNAMON (MODERADOR)

Outra medida citada pela senadora é a fabricação de plástico biodegradável para substituir as tradicionais sacolas plásticas de supermercado, cuja decomposição demora cerca de cem anos e, ainda, formam uma camada impermeabilizante que impede a passagem de líquidos e gases formados a partir do apodrecimento dos detritos. “Os fabricantes de plásticos participaram de um seminário, em maio, para discutir a questão”, ela informou.

### Exigência do mercado

A defesa do meio ambiente deixou de ser uma bandeira de ecologistas e passou a ser uma exigência de mercado, sobretudo nas regiões mais desenvolvidas, como a Comunidade Européia, que criou barreiras comerciais forçando os outros países a adotarem estratégias de preservação.

“Neste contexto nasceram as normas internacionais ISO 14001, a BS 8800 e OHSAS 18001, que são aplicáveis a qualquer tipo de indústria. Apesar de serem voluntárias, tais certificações constituem importantes fatores de competitividade”, esclareceu Hermes Queiroz Rocha, consultor da InterAction Plexus que abordou o tema Sistemas de Gestão Ambiental no Seminário.

Entre as vantagens de se investir na implantação de um SGA está o acesso a mercados restritos e exigentes, melhoria da imagem da empresa perante aos seus acionistas, clientes e concorrência. “Também se evita eventuais prejuízos com processos de responsabilidade civil”, acrescentou Rocha.

As obrigações dos fabricantes previstas na legislação ambiental centraram o tema da última palestra do painel, apresentada por Luiz Carlos Aceti Junior, diretor da Aceti Advogados. Ele discorreu sobre a lei 6938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, e sobre a Resolução CONAMA 257, que dispõe sobre o descarte de pilhas e baterias.

De acordo com Aceti Júnior, as leis que estabelecem a responsabilidade pós-consumo não conseguem abranger o mercado informal. “O grande perigo vem dos produtos contrabandeados, que entram no país sem nenhum controle ou garantia de qualidade, cujas baterias vão direto aos lixões, aterros e rios, causando sérios riscos à saúde pública”, concluiu.